



ACÓRDÃO Nº1313/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11539/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Apoio do Ministério Público do Amazonas - FAMP/AM.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Leda Mara Nascimento Albuquerque (Ordenador de Despesa), Carlos Fábio Braga Monteiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2325/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Apoio do Ministério Público do Amazonas - FAMP/AM. Exercício de 2018.

Regularidade. Recomendação. Ciência.
Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular a Prestação de Contas Anual do Fundo de Apoio do Ministério Público do Amazonas - FAMP/AM, referente ao exercício 2018, de responsabilidade do Sr. **Carlos Fábio Braga Monteiro** – Gestor e Ordenador das despesas no período de 01.01 a 15.10, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I c/c o 23 da Lei 2.423/96.

10.2. Julgar regular a Prestação de Contas Anual do Fundo de Apoio do Ministério Público do Amazonas - FAMP/AM, referente ao exercício 2018, de responsabilidade da Sra. **Leda Mara Nascimento Albuquerque** - Gestora e Ordenadora das despesas, no período de 16.10 a 31.12, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I c/c o 23 da Lei 2.423/96.



ACÓRDÃO Nº1313/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Recomendar ao Fundo de Apoio do Ministério Público do Amazonas - Famp/am que regularize a situação dos bens Patrimoniais, e correções realizadas entre o Setor de Patrimônio e o Setor de Contabilidade, conforme determina o art. 1º, § 2º, da Resolução nº 006/08-CPJ.

10.4. Dar ciência da decisão ao Sr. **Carlos Fábio Braga Monteiro** e demais interessados.

10.5. Arquivar os autos nos termos regimentais.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Agosto de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros :Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral